JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.09.16 06:13:15 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 16, 17 e 18 de setembro de 2023 • Nº 1645 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

Erros nos livros didáticos

PÁGINA 4

IBGE

Vendas no comércio varejista revelam alta de 0,7% em julho

As vendas no comércio varejista cresceram 0,7% em julho na comparação com o mês anterior. É o segundo mês consecutivo de alta. Em junho, o crescimento havia sido de 0,1%. No acumulado do ano, o resultado é positivo em 1,5%. Em 12 meses, há uma expansão de 1,6%. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a alta foi de 2,4%. Com os resultados desta quarta-feira, o comércio varejista está 2,2% abaixo do nível recorde da série, de outubro de 2020. Na comparação entre julho e junho, quatro das oito atividades avaliadas pelo IBGE tiveram crescimento de vendas. PÁGINA 2

REMESSA CONFORME

Amazon e Shopee pedem adesão a programa

Duas das maiores varejistas online pediram à Receita Federal a adesão ao programa Remessa Conforme, que oferece isenção federal a compras do exterior de até US$ 50 em troca de tratamento alfandegário mais rápido. Os pedidos das lojas Amazon e Shopee serão analisados antes de a certificação ser publicada no Diário Oficial da União. Assim que as novas certificações forem oficializadas, o volume de remessas enviadas ao país com isenção de Imposto de Importação aumentará para 78,5%. Atualmente, a proporção está em 67%. Para a adesão ao programa ser oficializada, as empresas precisam adequar os sites às exigências do Remessa Conforme. As empresas passarão a inserir nas páginas as informações da compra no exterior antes da chegada da encomenda ao Brasil. Os dados são enviados aos Correios ou às transportadoras autorizadas, que registram a declaração aduaneira relativa a esse tipo de importação. Isso impede que a mercadoria fique retida em unidades dos Correios, aguardando a liberação da Receita Federal. Apesar da isenção federal, as mercadorias de até US$ 50 pagam 17% de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado pelos estados. Como o pagamento do imposto também é realizado de forma antecipada, as encomendas podem ser liberadas antes mesmo da chegada ao território nacional. PÁGINA 2

INSPEÇÃO EM CURITIBA

LULA MARQUES/ABRASIL

CNJ aponta 'gestão caótica' de valores em acordos da Lava Jato

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encontrou indícios de "gestão caótica" no controle de valores oriundos de acordos de delação e leniência firmados na Operação Lava Jato. A conclusão está no relatório parcial de inspeção realizada pelo conselho na 13ª Vara Federal em Curitiba, que foi chefiada pelo ex-juiz e atual senador Sergio Moro (Pode-PR) (**foto**). A investigação começou em maio deste ano. De acordo com o documento, os acordos eram homologados pela vara sem todos os documentos necessários, como a apresentação das circunstâncias da celebração e as discussões ocorridas entre as partes. Os servidores responsáveis pela investigação também afirmam que os acordos poderiam beneficiar o repasse de R$ 2,5 bilhões de recursos desviados da Petrobras para a criação da chamada Fundação Lava Jato, gerida pela própria força-tarefa, que foi chefiada pelo ex-procurador Deltan Dallagnol. PÁGINA 3

EUA

Filho de Biden vira réu por compra de arma

PÁGINA 4

DÍVIDA ATIVA

Fazenda planeja recuperar R$ 46 bilhões

Sob pressão e desconfiança de parte do mercado sobre as projeções de receita para o próximo ano, o Ministério da Fazenda reforçou nesta sexta-feira, que prevê recuperar em 2024 R$ 46 bilhões em débitos inscritos na Dívida Ativa da União, estimativa já encaminhada no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Para indicar a viabilidade do número, a pasta apontou que, de R$ 30 bilhões desse tipo de receita estimados para 2023, já foram alcançados R$ 21,9 bilhões ao final do primeiro semestre. "Desse total, R$ 10 bilhões são resultado de acordos de transação tributária. O que demonstra o sucesso do instituto da transação tributária", disse a Fazenda, em nota divulgada nesta tarde. Além disso, o Ministério afirma que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), responsável por esses cálculos, estuda oferecer editais para regularizar, pela via consensual, débitos relacionados a teses jurídicas de PIS/Cofins, por exemplo. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,53% / 118.757,53 / -634,02 / Volume: R$ 45.805.225.424 / Negócios: 3.579.035

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
ENERGISA UNT N2	50.95	+4.90	+2.38
AZUL PN N2	13.54	+3.36	+0.44
SAO MARTINHOON NM	40.54	+3.00	+1.18
SUZANO S.A. ON NM	52.53	+2.54	+1.30
ENEVA ON NM	12.33	+1.99	+0.24

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
VIA ON NM	0.76	–15.56	–0.14
IRBBRASIL REON NM	40.50	–7.24	–3.16
CARREFOUR BRON NM	9.91	–7.04	–0.75
P.ACUCAR-CBDON NM	4.43	–3.28	–0.15
VAMOS ON NM	10.600	–5.53	–0.620

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	69.54	0.83	–0.58
PETROBRAS PN N2	33.89	+0.06	+0.02
EQUATORIAL ON NM	33.96	+1.71	+0.57
ITAUUNIBANCOPN N1	27.58	–0.22	–0.06
PETROBRAS ON N2	36.90	–1.47	–0.55

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	34.618,24	-0,83
NASDAQ Composite	13.708,334	-1,56
CAC 40	7.378,82	+0,96
FTSE 100	7.711,38	+0,50
DAX 30	15.893,53	+0,56
Ftse Mib	28.895,39	+0,08

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	-0,14% (ago.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,23% (ago.)	Compra: 5,2322	Venda: 5,4122
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(02/08)	13,25%	(02/08)	13,15%	Compra: 4,8689	-0,13%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(15/09)	0,6798%	BM&F/grama	R$ 304,42	Compra: 4,8700	Venda: 4,8706
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(15/09)	0,1789%	Compra: 5,1921	Venda: 5,1927	Compra: 4,8806	Venda: 5,0606

MERCADOS

Bolsa cai 0,53%, a 118 mil pontos, mas avança quase 3% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Aqui e em Nova York, investidores evitaram tomar risco na última sessão de semana que antecede decisões sobre a Selic e a taxa de juros de referência dos Estados Unidos, ambas na próxima quarta-feira. Assim, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa permaneceu em faixa relativamente estreita esta sexta-feira, de mínima a 118.666,46, no fim da tarde, à máxima de 119.780,20, em variação de pouco mais de 1,1 mil pontos até o fechamento aos 118.757,53, em baixa de 0,53%. O giro financeiro subiu a R$ 29,6 bilhões, em dia de vencimento de opções sobre ações. Em Nova York, as perdas ficaram entre 0,83% (Dow Jones) e 1,56% (Nasdaq) na sessão.

Na semana, com a alta nas quatro sessões anteriores, o Ibovespa (Índice Bovespa) obteve ganho de 2,99% até a sexta-feira, no que foi o melhor desempenho desde o intervalo entre 5 e 9 de junho, quando havia avançado 3,96%. Dessa forma, mais do que reverteu a baixa de 2,19% da semana passada, que havia sucedido ganhos de 1,77% e 0,37%. O índice progrediu em três das últimas quatro semanas, vindo de perdas nas quatro anteriores, no intervalo iniciado em 24 de julho e que se estendeu a 18 de agosto. No mês, o Ibovespa sobe 2,61% e, no ano, 8,22%.

Com a cautela que prevaleceu nesta véspera de fim de semana, as ações de maior liquidez na B3, que quinta-feira haviam subido em bloco, nesta sexta tiveram desempenho majoritariamente negativo, em variações que ganharam impulso perto do encerramento da sessão. Assim, Vale ON cedeu 0,83%, na mínima do dia no fechamento; Petrobras ON e PN, que mostravam perdas inferiores a 1% mais cedo, encerraram o dia sem sinal único, com a ON em queda de 1,47%, na mínima do dia no fechamento, e a PN, em leve alta de 0,06%. As ações de grandes bancos tiveram variação negativa nesta sexta-feira, entre -0,2% (Bradesco PN) e -3,63% (Unit do Santander, piso do dia no encerramento). BB ON se desgarrou, em leve alta de 0,34% nesta sexta-feira.

Na semana, contudo, o desempenho foi positivo para as principais ações do Ibovespa, com Petrobras (ON) e Vale (ON) mostrando ganhos na casa de 6,8% em setembro - na semana, destaque para Vale, que avançou 4,24%.

Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão desta sexta-feira, Energisa (+4,9%), Azul (+3,36%) e São Martinho (+3,00%), com Via (-15,56%) - ainda na esteira da precificação do follow on -, IRB (-7,24%) e Carrefour Brasil (-7,04%) no canto oposto.

DÓLAR

Em sessão morna e de liquidez moderada, o dólar à vista encerrou o pregão desta sexta-feira, em baixa de 0,03%, cotado a R$ 4,8712. Houve oscilação de pouco menos de dois centavos entre mínima (R$ 4,8599) e a máxima (R$ 4,8794).

REAL DIGITAL

Consórcio de cooperativas e BB fazem 1ª transação de título público no Drex

MATHEUS PIOVESANA/AE

O consórcio de cooperativas financeiras formado para os testes do Drex, o Real digital, e que é composto por Sicoob, Sicredi, Ailos, Cresol e Unicred, realizou a primeira negociação de título público federal tokenizado (TPFt), com o Banco do Brasil. A confirmação da operação aconteceu na manhã de quinta-feira.

Além disso, na quarta, houve uma transação de tokens emitidos propriamente por uma instituição financeira. Os participantes emitiram um Real tokenizado, que tem validade em todo o sistema financeiro, e o transferiram para o BB, o que testou a interoperabilidade da moeda digital.

Em julho, o consórcio de cooperativas financeiras foi um dos primeiros participantes do piloto do Drex a implementar o nó na rede dele. Em agosto, fez as primeiras emissões de tokens, com a conversão de R$ 1.500 de um saldo da reserva bancária de uma instituição financeira para a carteira digital do consórcio.

"Estamos comprometidos em continuar encontrando oportunidades de colaboração e pesquisa para impulsionar o desenvolvimento do SFN e das finanças digitais no Brasil", diz o consórcio de cooperativas, em nota.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br

IBGE

Vendas no comércio varejista crescem 0,7% em julho

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

As vendas no comércio varejista cresceram 0,7% em julho na comparação com o mês anterior. É o segundo mês consecutivo de alta. Em junho, o crescimento havia sido de 0,1%. No acumulado do ano, o resultado é positivo em 1,5%. Em 12 meses, há uma expansão de 1,6%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a alta foi de 2,4%. Com os resultados desta quarta-feira, o comércio varejista está 2,2% abaixo do nível recorde da série, de outubro de 2020.

ATIVIDADES COM ALTA

Na comparação entre julho e junho, quatro das oito atividades avaliadas pelo IBGE tiveram crescimento de vendas. O destaque ficou com o segmento equipamentos e material para escritório informática e comunicação, com alta de 11,7%. O ramo tem apresentado grande flutuação ao longo do ano, positivas e negativas. Segundo a pesquisa, o dólar e mudanças na política de importação ajudam a explicar a alta de julho.

"Houve algumas mudanças na questão da tributação das importações, que acabam oferecendo um ímpeto maior na variação dessa atividade", disse o gerente da PMC, Cristiano Santos.

A segunda maior alta foi no setor de outros artigos de uso pessoal e doméstico, que apresentou expansão de 8,4%. O pesquisador do IBGE explicou que o setor se recupera de um comportamento negativo nos últimos meses.

"A alta vem muito por conta de base de comparação baixa, mas também houve promoções pontuais. Algumas grandes lojas realizaram uma espécie de antecipação de Black Friday. Embora tenha sido algo bastante específico, focado, e não tenha atingido a atividade como um todo, foi suficiente pra dar essa virada de trajetória."

INFLAÇÃO

Responsável por mais de 45% do setor de comércio, o ramo hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo teve crescimento de 0,3% ante junho. Nos últimos dois anos, esse segmento soma alta de 1,7%. Para o IBGE, o resultado positivo é reflexo de uma pressão menor da inflação. "Uma vez que diminuiu a pressão dos preços dos alimentos, a demanda tem margem para crescimento", afirmou Cristiano Santos.

A outra atividade que fechou julho com número positivo foi artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,1%).

Apresentaram queda em julho as atividades tecidos, vestuário e calçados (-2,7%); livros, jornais, revistas e papelaria (-2,6%); móveis e eletrodomésticos (-0,9%) e combustíveis e lubrificantes (-0,1%).

Varejo ampliado

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção, o volume de vendas teve retração de 0,3% ante junho. A forte queda nas atividades de veículos e motos, partes e peças (-6,2%) influenciou o resultado. "A política de mudança fiscal que culminou na redução do preço de alguns automóveis acabou se concentrando mais em junho, quando o setor registrou crescimento 8,8%", justificou o gerente da pesquisa.

Nos últimos 12 meses, o varejo ampliado tem alta acumulada de 2,3%.

DÉBITOS

Fazenda reforça previsão de recuperar R$ 46 bi da dívida ativa

AMANDA PUPO/AE

Sob pressão e desconfiança de parte do mercado sobre as projeções de receita para o próximo ano, o Ministério da Fazenda reforçou nesta sexta-feira, que prevê recuperar em 2024 R$ 46 bilhões em débitos inscritos na Dívida Ativa da União, estimativa já encaminhada no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Para indicar a viabilidade do número, a pasta apontou que, de R$ 30 bilhões desse tipo de receita estimados para 2023, já foram alcançados R$ 21,9 bilhões ao final do primeiro semestre. "Desse total, R$ 10 bilhões são resultado de acordos de transação tributária. O que demonstra o sucesso do instituto da transação tributária", disse a Fazenda, em nota divulgada nesta tarde.

Além disso, o Ministério afirma que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), responsável por esses cálculos, estuda oferecer editais para regularizar, pela via consensual, débitos relacionados a teses jurídicas de PIS/Cofins, por exemplo. Em estudo preliminar, disse a pasta, o órgão da Fazenda estimou que existem ao menos 19 teses jurídicas de PIS/Cofins com valor em discussão da ordem de R$ 800 bilhões.

Como o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, já havia mostrado, a Fazenda conta também com novas regras transacionais para a PGFN e Receita Federal como parte do pacote de receitas adicionais para cumprir a meta de déficit zero de 2024, que prevê a entrada de R$ 168 bilhões no total.

A transação no contencioso permite ao contribuinte negociar débitos ainda em discussão administrativa ou judicial. Na avaliação da Fazenda, isso contribui para a redução do litígio no Carf e no Judiciário, aumenta a disponibilidade financeira das empresas, além de recompor a base tributável.

IMPORTAÇÃO

Amazon e Shopee fazem pedidos para aderir ao Remessa Conforme

AMANDA PUPO/AE

O Ministério da Fazenda, por meio da Receita Federal, informou nesta sexta-feira, que recebeu pedidos de adesão ao programa Remessa Conforme das empresas Amazon e Shopee. As solicitações ainda serão analisadas e, para as certificações terem efeito legal, precisarão ser publicadas no Diário Oficial da União (DOU), explicou a pasta.

Nesta semana, a Receita havia divulgado que as empresas já certificadas no programa representam cerca de 67% do volume de remessas enviadas ao País. Com as novas certificações, o patamar passará a 78,5%.

Pelo programa, que tenta conter a sonegação de impostos, o governo concede isenção de Imposto de Importação nas compras de até US$ 50 para as varejistas internacionais que cobrarem os tributos de forma antecipada, no momento em que o produto é adquirido. O benefício não se estende ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual e passou a ter alíquota-padrão de 17% nessas operações.

PETRÓLEO

Regime de partilha produz mais de 500 milhões de barris

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A produção acumulada em regime de partilha superou a marca de 500 milhões de barris de petróleo. A produção foi iniciada em 2017 com a então chamada Área de Desenvolvimento de Mero. Hoje, sete contratos estão em atividade, com 13 FPSOs (navio-plataforma) e atingiram o total de 518 milhões de barris produzidos até o mês de julho.

Os dados fazem parte do Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção, divulgado nesta sexta-feira pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), gestora dos contratos de partilha.

Os campos de Búzios, Mero e Sépia são os principais produtores neste regime. Nestes seis anos, a produção acumulada de gás natural com aproveitamento comercial também cresceu e somou 1,44 bilhão de metros cúbicos (m^3).

"As parcelas acumuladas de direito da União nestes contratos atingiram, no mesmo período, a marca de 30 milhões de barris de petróleo e de 167,20 milhões de m^3 de gás natural com aproveitamento comercial.

A produção da União leva em conta o percentual de excedente em óleo de cada campo e o volume de custos recuperados em cada projeto. Por esta razão, as principais contribuições vieram dos campos de Mero, Sapinhoá e Búzios. Em relação ao gás natural da União, a maior parte da produção é oriunda do Campo de Sapinho", informa a Pré-Sal Petróleo.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 21º 12º 25% 06:04 18:01 **INVERNO - SÁBADO:** Nublado com possibilidade de garoa. Noite com muita nebulosidade.

INSPEÇÃO EM CURITIBA

Lava Jato: CNJ aponta 'gestão caótica' de valores em acordos

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encontrou indícios de "gestão caótica" no controle de valores oriundos de acordos de delação e leniência firmados na Operação Lava Jato. A conclusão está no relatório parcial de inspeção realizada pelo conselho na 13ª Vara Federal em Curitiba, que foi chefiada pelo ex-juiz e atual senador Sergio Moro (Pode-PR). A investigação começou em maio deste ano.

De acordo com o documento, os acordos eram homologados pela vara sem todos os documentos necessários, como a apresentação das circunstâncias da celebração e as discussões ocorridas entre as partes. Os servidores responsáveis pela investigação também afirmam que os acordos poderiam beneficiar o repasse de R$ 2,5 bilhões de recursos desviados da Petrobras para a criação da chamada Fundação Lava Jato, gerida pela própria força-tarefa, que foi chefiada pelo ex-procurador Deltan Dallagnol.

"Verificou-se a existência de um possível conluio envolvendo os diversos operadores do sistema de justiça, no sentido de destinar valores e recursos no Brasil, para permitir que a Petrobras pagasse acordos no exterior que retornariam para interesse exclusivo da força-tarefa", diz o documento.

A correição cita ainda que os acordos de leniência assinados entre a Lava Jato, a Odebrecht e a Braskem foram assinados sem informações completas e com valores estipulados por autoridades estrangeiras, conduta que foi considerada "absurda" pelos técnicos.

"Os expedientes de correição externaram que os magistrados atuantes na 13ª Vara Federal de Curitiba se conformavam com a ausência de informações relacionadas, por exemplo, às tratativas realizadas, ao método utilizado para definição de valores e de vítimas, ausência de documentos produzidos pela defesa técnica durante as discussões e tudo mais que fosse necessário para imprimir transparência e viabilizar a avaliação", conclui o relatório.

O relatório final sobre as irregularidades encontradas na 13ª Vara Federal de Curitiba deve ser analisado neste mês pelo plenário do CNJ. O Conselho deve propor a abertura de investigação contra os juízes e procuradores que trabalharam nas investigações da Lava Jato.

Na semana passada, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou provas obtidas nos acordos de leniência da Odebrecht e determinou que a Advocacia-Geral da União (AGU) abra investigação contra os agentes públicos que participaram da assinatura dos acordos.

SOLIDARIEDADE

Partido expulsa advogado que errou de 'Príncipe' e por insulto ao STF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Solidariedade informou nesta sexta-feira que expulsou da legenda o advogado Hery Waldir Kattwinkel, defensor de um dos réus condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pelos atos golpistas de 8 de janeiro. Hery é filiado ao partido e foi candidato a deputado estadual em São Paulo nas eleições de 2022.

Quinta-feira, durante a sustentação em defesa de Thiago de Assis Mathar, condenado a 14 anos de prisão, o advogado comparou a situação dos presos pelos atos com o Holocausto e disse que o ministro do STF Alexandre de Moraes "inverte o papel de julgador" para se tornar um acusador.

Hery também usou uma declaração descontextualizada do ministro Luís Roberto Barroso para citá-lo durante o julgamento e ainda confundiu a obra O Príncipe, de Nicolau Maquiavel, com o livro infantil *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry ao citar a frase "os fins justificam os meios".

Para o Solidariedade, o advogado usou "falas ofensivas e desrespeitosas" para se dirigir ao Supremo.

Durante o julgamento, Alexandre de Moraes rebateu as declarações do advogado. "É patético e medíocre um advogado suba à tribuna do STF com discurso de ódio e para postar nas redes sociais. Talvez para ser vereador nas eleições do ano que vem", afirmou o ministro.

IMPEACHMENT

Rosa vota contra ações que pedem fim de direitos políticos de Dilma

RAYSSA MOTTA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar nesta sexta-feira, seis ações que questionam a manutenção dos direitos políticos da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) após o impeachment.

A ex-presidente perdeu o mandato em 2016, mas o processo de impeachment foi dividido, o que permitiu que os senadores votassem de forma autônoma a cassação do cargo, por crime de responsabilidade, e a suspensão dos direitos políticos. O resultado foi que a petista precisou deixar o Palácio do Planalto, mas manteve a prerrogativa de disputar eleições e assumir cargos na administração pública.

Dilma foi candidata ao Senado em 2018, mas não se elegeu, e hoje é presidente do Novo Banco do Desenvolvimento.

A ministra Rosa Weber, presidente do STF, é relatora dos processos e votou para rejeitar todas as ações. Ela argumentou que o impeachment é um processo político e que o tribunal não deve interferir na decisão do Senado.

Rosa explicou que, 'em virtude das realidades fática e jurídica da atualidade', não há como determinar que o Senado refaça a votação, de modo que uma decisão do STF para cassar os direitos políticos da ex-presidente atropelaria a deliberação dos senadores.

MINISTRO

Juscelino distorce decisão do STF que devolveu cargo de prefeita à irmã

TÁCIO LORRAN/AE

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), distorceu decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso que devolveu o cargo de prefeita de Vitorino Freire (MA) a Luanna Rezende. Os dois são investigados no âmbito da Operação Benesse da Polícia Federal (PF). Luanna é irmã do ministro.

Em nota publicada nesta sexta-feira, Juscelino Filho disse que o STF reconheceu que "sempre agimos da maneira correta", o que não é verdade. Barroso não analisou o mérito da investigação. Na realidade, o magistrado devolveu o cargo a Luanna ao entender que o afastamento não é mais necessário. Ele destacou ainda que a Prefeitura de Vitorino Freire exonerou uma servidora investigada e suspendeu o pagamento a empresas supostamente envolvidas no esquema, após os mandados de busca e apreensão no dia 1º de setembro.

"Nesse contexto, verifico que a medida de afastamento cautelar da função pública cumpriu o seu propósito e não mais se justifica à luz do princípio da proporcionalidade", escreveu o ministro do STF.

O objetivo do afastamento de Luanna da prefeitura de Vitorino Freire, segundo a decisão do magistrado, tinha como efeito imediato a "interrupção da engrenagem criminosa, preservando o Erário, evitando a continuidade dos delitos e que o cargo fosse utilizado para dificultar as investigações". A decisão foi tomada na quinta-feira passada.

A Operação Benesse investiga os crimes de fraude em licitação, lavagem de dinheiro e desvio de emenda parlamentar.

COMBATE A FAKE NEWS

Especialistas defendem diploma para jornalistas

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A formação adequada para o exercício do jornalismo profissional é requisito básico para que a veiculação de informações de qualidade ajude no combate à desinformação promovida pelas fake news. Nesse sentido, especialistas defendem que o Supremo Tribunal Federal (STF) reveja a decisão, tomada em 2009, de retirar a obrigatoriedade de diploma para o exercício da profissão.

Essa é uma das conclusões do painel Jornalismo e agências de checagem na defesa da democracia, do seminário Combate à Desinformação e Defesa da Democracia, promovido pelo STF em parceria com universidades públicas. Coordenador de Relações Institucionais da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), Marcos Urupá defende que o diploma é um elemento-chave para a adequada formação do profissional jornalista. "A meu ver, a questão do diploma é uma das virtudes da comunicação", disse.

"Quando você coloca essa questão de valorização, o diploma é uma dessas valorizações. Estamos falando de profissionais, de uma categoria profissional histórica que tem uma relação direta com a condição da democracia desse país; que estiveram na vanguarda da luta pela democracia. Os jornalistas foram perseguidos, assim como professores universitários e servidores públicos na época da ditadura", disse Urupá.

Para a professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Juliana Marques, o diploma, para exercício jornalístico, é de extrema relevância, embora não haja mais a obrigatoriedade, após a decisão tomada pelo STF em 2009.

GESTÃO TARCÍSIO

Oposição pede ao MP que investigue contratos com empresas de secretários

GUSTAVO CÔRTES/AE

O deputado estadual Emídio de Souza (PT-SP) enviou um ofício à procuradora-geral do Ministério Público de Contas de São Paulo, Leticia Matuck Feres, em que cobra do órgão uma investigação sobre contratos da gestão do governador Tarcísio de Freitas com empresas de seus secretários.

"Qual é o posicionamento oficial do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo em relação a essas situações de aparente conflito de interesses na gestão pública?", questiona o parlamentar no documento.

Conforme revelou o Estadão, a Secretaria de Saúde chegou a prorrogar até julho de 2024 um contrato com a MN&D Ribeirão, da qual o titular da pasta, Eleuses Paiva, é sócio. O negócio, que havia sido firmado no mesmo mês do ano passado, foi desfeito após a reportagem procurá-lo para comentar o caso. Os valores recebidos desde o aditamento foram devolvidos aos cofres do Estado. "Cabe salientar que o secretário Eleuses Paiva é sócio minoritário da MN&D Ribeirão Ltda, não exercendo qualquer cargo de administração", disse a secretaria em nota na ocasião.

O contrato rendia cerca de R$ 60 mil anuais por atendimentos a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) paulista.

O caso de Eleuses Paiva não foi o único na atual gestão. O Estadão também revelou que a Multilaser, empresa do secretário da Educação, Renato Feder, ganhou três licitações com o governo paulista já no mandato de Tarcísio. A maior delas, de R$ 226 mil, foi celebrada com o Instituto de Assistência Médica do Servidor do Estado (Iamspe). Feder também gere um contrato de R$ 76 milhões firmado nos últimos dias do governo de Rodrigo Garcia (PSDB) com a companhia. Após a revelação do episódio, o governador Tarcísio de Freitas determinou publicamente que não sejam mais feitos novos contratos com a empresa.

Emídio também enviou ao secretário da Casa Civil de São Paulo, Arthur Lima, um requerimento de informação em que questiona quais mecanismos a gestão do governador Tarcísio de Freitas pretende adotar para evitar a contratação de empresas de integrantes do Executivo.

Por fim, requisitou ainda um levantamento de todas as empresas ligadas a secretários com as quais a atual gestão mantém contrato e questionou se os considera adequados aos regulamentos da administração pública.

EQUIPAMENTO CORPORAL

PMs deverão manter câmeras ligadas

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A Justiça de São Paulo determinou por meio de liminar que todos os policiais militares do estado utilizem câmeras corporais e não as desliguem em nenhuma situação. As câmeras também devem ser instaladas nos veículos da Polícia Militar (PM). A liminar, da noite de quarta-feira passada, também impõe que os policiais usem apenas algemas para imobilizar os suspeitos. O uso de cordas, arames, fios ou qualquer objeto semelhante está proibido. O prazo para que as determinações sejam cumpridas é de 90 dias, com multa diária de R$ 100 mil, caso sejam descumpridas.

Reportagem da *Agência Brasil*, de maio de 2023, ajuda a embasar a decisão. O conteúdo, assinado pela repórter Elaine Cruz, é citado na liminar para destacar uma redução de 62,7% da letalidade policial, de 697 mortes em 2019 para 260 em 2022, a partir do uso das câmeras. "E, segundo informam as autoras (do processo judicial), no caso narrado na inicial os policiais teriam desligado as câmeras de filmagem dos seus uniformes, no momento da prisão, a fim de acobertar ilegalidades. Eis a urgência da medida", diz o texto.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por Ações – Securitizadora S1 - CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 33ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 33ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, conjuntos 1009 e 1010, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 13 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização*, celebrado em 09 de fevereiro de 2023, conforme aditado em 16 de fevereiro de 2023, em 24 de fevereiro de 2023 e em 30 de agosto de 2023, entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário" e "Termo de Securitização", respectivamente), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 04 de outubro de 2023, às 09:30 (nove horas e trinta minutos), de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de qualquer número de Titulares dos CRI para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas por representantes dos CRI que correspondam a 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI presentes na AGT. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Alterar a taxa dos Juros Remuneratórios aplicável aos CRI da Terceira Série, ora 10,86% (dez inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) ao ano, para 9,80% (nove inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos; (ii) Alterar a data de emissão dos CRI da Terceira Série, denominada por "Data de Emissão 3ª Série" no Termo de Securitização, de 10 de fevereiro de 2024 para 02 de outubro de 2023, e, consequentemente, alterar o cronograma de pagamentos constante do Anexo I do Termo de Securitização referente aos CRI da Terceira Série; (iii) Aprovar o aumento nas Despesas da Operação em razão da reestruturação da Oferta dos CRI da Terceira Série e, consequentemente, alterar as tabelas das despesas iniciais e recorrentes constantes no Anexo I de cada um dos Contratos de Cessão para refletir a modificação, sendo certo que as tabelas alteradas serão anexadas à ata da AGT; (iv) Aprovar a alteração da Cláusula 12.1 dos Contratos de Cessão a fim de dilatar o prazo de registro dos instrumentos, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: "*12.1. Prazo de Registro. O presente instrumento e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados em cartórios de registro de títulos e documentos das comarcas das sedes das Partes, pela Cedente e às suas expensas, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados da sua respectiva assinatura. A Cedente deverá comprovar o cumprimento do disposto nesta Cláusula mediante o envio à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, do respectivo instrumento registrado, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do fim do prazo aqui estipulado.*" (v) Aprovar a alteração do termo definido "Condições Precedentes 3ª Tranche" nos Contratos de Cessão para excluir o item (iii), referente à constatação pelo Agente de Medição, por meio da emissão de Relatório de Medição, de que os recursos liberados na 2ª Tranche foram devidamente utilizados para as obras das respectivas Usinas nem Obras os Empreendimentos, atestando que a evolução do cronograma físico-financeiro de todas as Usinas foi suficiente para liberação da 3ª Tranche, incluindo a indicação do conteúdo mínimo que deve estar presente em tal Relatório de Medição; (vi) Após a deliberação dos itens (i) a (v) acima, autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a aditar todos os Documentos da Operação aplicáveis para a sua efetivação e implementação; e Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI FORGREEN", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 14 de setembro de 2023.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

INVERNO - SÁBADO: Sol com poucas nuvens. Não chove. **Manhã** **Tarde** **Noite** 30º 14º 5% 05:49 17:48

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Erros nos livros didáticos

Com a autoridade de quem lidou com o assunto por mais de 20 anos, tempo em que dirigi Bloch Educação, no Rio de Janeiro, posso afiançar que a Secretaria de Estado de Educação de São Paulo errou feio ao recusar a colaboração do Programa Nacional do Livro Didático. Esnobou o grupo que tem enorme expertise e fez, com incompetência flagrante, a produção de materiais por conta própria, com equívocos de toda sorte.

No livro de História, por exemplo, afirma-se que foi D. Pedro II quem assinou a Lei Áurea, desconhecendo o fato de que a assinatura coube à Princesa Isabel. Ela não foi nem lembrada. Quem é o "professor" que inventou isso?

Mais adiante, como se a autoria fosse de algum ET estranho, diz-se que a capital paulista tem praia, o que é uma inverdade total. Isso tudo nos materiais didáticos distribuídos pela Secretaria às escolas, para uso nas suas aulas digitais. Datas? Também há falhas incríveis, como o desconhecimento do período em que Jânio Quadros foi prefeito de São Paulo. Isso tudo somado a incríveis erros gramaticais, como se tivesse faltado uma boa revisão nos textos aprovados pela Secretaria de Educação.

Dizem que o titular da Pasta tinha interesses pessoais na adoção dos novos materiais. Disso ainda não se tem provas, mas é estranho esse procedimento, que prejudica evidentemente o alunado paulista. Com essas idas e vindas, não há dúvida, o prejuízo é para todo o sistema, além de evidentemente dos recursos gastos para nada.

O modelo adotado pelo MEC merece um aperfeiçoamento constante. Mas a condução dada por Renato Feder merece uma completa condenação. É certo que ele voltou atrás, vai recorrer aos livros didáticos oficiais, mas o que se pergunta é a valia de toda essa condenável aventura.

A Secretaria anunciou que afastou dos seus quadros os responsáveis pelos erros no material digital. Nada justifica a pressa dessa equivocada decisão, mesmo que já tenham sido tomadas providências para a correção do material. Pra que submeter professores e alunos a tudo isso?

EUA

Filho de Biden vira réu acusado em 3 crimes por compra ilegal de arma

O filho do presidente dos EUA, Joe Biden, Hunter Biden, virou réu na quinta-feira passada, acusado de três crimes relacionados à compra ilegal de uma arma, em 2018. A acusação formal pode levá-lo a julgamento no próximo ano, quando seu pai estará em campanha pela reeleição.

Hunter é alvo de duas acusações de falso testemunho por ter informado em formulários que não estava usando drogas ilegalmente na época em que comprou um revólver no Estado de Delaware. Ele admite ter sido usuário de drogas na ocasião. A terceira acusação afirma que ele, com base nas declarações falsas, adquiriu ilegalmente uma arma. Se condenado, Hunter pode receber uma pena de até 10 anos de prisão.

INVESTIGAÇÃO

As acusações foram apresentadas pelo conselheiro especial do Departamento de Justiça, David Weiss, que investiga o filho do presidente desde 2018. Os problemas legais de Hunter, um advogado formado em Yale e lobista de 53 anos, têm lançado uma sombra sobre a campanha de seu pai.

A decisão de apresentar acusações criminais contra o problemático filho de Biden foi um passo extraordinário para Weiss, que o secretário de Justiça, Merrick Garland, nomeou como conselheiro especial no mês passado.

A acusação coloca o Departamento de Justiça na estranha posição de processar casos tanto contra o filho do presidente como contra o ex-presidente Donald Trump, o atual favorito à nomeação presidencial do Partido Republicano em 2024.

Trump foi acusado em casos federais separados de tentar reverter sua derrota nas eleições de 2020 e de manusear indevidamente documentos confidenciais depois de deixar o cargo e obstruir os esforços para recuperá-los.

Sem apresentar quaisquer evidências, os republicanos na Câmara dos Deputados acusaram o Departamento de Justiça de proteger Hunter. A acusação de porte ilegal de arma só é apresentada esporadicamente contra réus primários, especialmente aqueles como Hunter, que não é acusado de usar a arma em outro crime.

Os advogados de Hunter Biden argumentaram ao Departamento de Justiça que a acusação acabará sendo rejeitada, porque uma série de decisões da Suprema Corte e de tribunais de recurso lançaram dúvidas sobre a constitucionalidade de o governo federal impor condições à compra de armas de fogo.

TRAGÉDIA

Líbia esvazia cidade e busca por 10 mil desaparecidos

Autoridades da Líbia retiraram moradores de Derna, a cidade inundada por enchentes no início desta semana, e limitaram o acesso ao local nesta sexta-feira, enquanto equipes de busca escavavam lama e destroços de construções na tentativa de encontrar 10 mil pessoas que permanecem desaparecidas. O governo local já registrou 11 mil mortes por conta das inundações.

Montanhas de metal retorcido e de carros arrastados preenchiam as ruas de Derna, que estão cobertas de lama marrom. As equipes estão enterrando corpos em valas comuns fora da cidade e em cidades próximas, disse o ministro da Saúde do Leste da Líbia, Othman Abduljaleel.

Os corpos "estão espalhados pelas ruas, voltando para a costa e enterrados sob edifícios desabados e escombros", disse Bilal Sablouh, gestor forense regional para África no Comitê Internacional da Cruz Vermelha. "Em apenas duas horas, um dos meus colegas contou mais de 200 corpos na praia perto de Derna", disse ele. Os mergulhadores também estão vasculhando as águas costeiras da cidade.

As autoridades de saúde alertaram que a água parada abria a porta para doenças - mas disseram que não havia necessidade de apressar os enterros ou colocar os mortos em valas comuns, uma vez que os corpos normalmente não representam um risco em tais casos.

LICENCIAMENTO

Lei define regras para vacinação em locais privados

RICARDO STUCKERT/PR

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) e publicada nesta sexta-feira no *Diário Oficial da União* define regras para vacinação humana em estabelecimentos privados. O texto prevê que os locais sejam licenciados para a atividade por autoridade sanitária competente e que tenham um responsável técnico obrigatoriamente com formação médica, farmacêutica ou de enfermagem.

"O serviço de vacinação contará com profissional legalmente habilitado para desenvolver as atividades de vacinação durante todo o período em que o serviço for oferecido", destacou a publicação. "Os profissionais envolvidos nos processos de vacinação serão periodicamente capacitados para o serviço, na forma do regulamento."

Ainda de acordo com o texto, compete obrigatoriamente aos serviços de vacinação gerenciar tecnologias, processos e procedimentos, conforme as normas sanitárias aplicáveis, para preservar a segurança e a saúde do usuário, e adotar procedimentos para manter a qualidade e a integridade das vacinas na rede de frio, inclusive durante o transporte;

Além disso, os locais em questão devem registrar as seguintes informações no comprovante de vacinação, de forma legível, e nos sistemas de informação definidos pelos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS): identificação do estabelecimento; identificação da pessoa vacinada e do vacinador; dados da vacina: nome, fabricante, número do lote e dose; data da vacinação; e data da próxima dose, quando aplicável.

Os serviços também devem manter prontuário individual com registro de todas as vacinas aplicadas acessível ao usuário e à autoridade sanitária, respeitadas as normas de confidencialidade; conservar à disposição da autoridade sanitária documentos que comprovem a origem das vacinas utilizadas; notificar a ocorrência de eventos adversos pós-vacinação, inclusive erros de vacinação.

A lei cita como direitos do usuário de serviços de vacinação acompanhar a retirada do material a ser aplicado do seu local de refrigeração ou armazenamento; conferir o nome e a validade do produto que será aplicado; receber informações relativas a contraindicações; receber orientações relativas à conduta no caso de eventos adversos pós-vacinação; ser esclarecido sobre todos os procedimentos realizados durante a vacinação.

"O descumprimento das disposições contidas nesta lei constitui infração sanitária nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis", diz a publicação. O texto entra em vigor em 90 dias.

MENINA

Reino Unido anuncia que irá proibir raça de cachorros após ataque

O primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, descreveu, nesta sexta-feira, a raça de cães American Bully XL como um "perigo para nossas comunidades" e anunciou planos para proibir a raça após um clamor público devido a uma série de ataques recentes.

Sunak disse que ele pediu aos ministros do governo para que reunissem especialistas policiais e caninos para definir legalmente as características do American Bully XL, que não é reconhecido como uma raça por grupos como o Kennel Club no Reino Unido ou o American Kennel Club nos Estados Unidos, que são organizações de criadores que se dedicam a criação, registro, exposição e promoção de raças de cachorro.

"Atualmente não é uma raça definida por lei, então este primeiro passo vital deve acontecer rapidamente", disse Sunak em uma declaração em vídeo postada no X, anteriormente conhecido como Twitter. "Então baniremos a raça sob a Lei de Cães Perigosos e novas leis entrarão em vigor até o final do ano."

O governo está sob pressão para tomar uma atitude sobre o assunto depois que uma menina de 11 anos foi atacada e seriamente ferida por um American Bully XL no último sábado, 9, em Birmingham, na Inglaterra.

Essas preocupações se aprofundaram na quinta-feira, 14, depois de um homem ser morto em um ataque que pode ter envolvido este tipo de cão.

"Os cachorros American Bully XL são perigosos para as nossas comunidades, especialmente para nossas crianças,'' Sunak disse. "Eu compartilho com a nação o horror sobre os vídeos recentes que todos nós assistimos."

Quatro raças de cachorro são atualmente proibidas no Reino Unido: o pitbull terrier, o tosa japonês, o dogo argentino e o fila brasileiro. Alguns ativistas pediram que o American Bully XL, que foi originalmente criado a partir do American Pit Bull Terrier, fosse adicionado à lista porque acreditam que características perigosas foram introduzidas nos animais.

ONU

G77 e China devem lutar por um mundo melhor, diz Guterres

GABRIEL BUENO DA COSTA/AE

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Antonio Guterres, afirmou que o grupo dos 77 e a China devem "lutar por um mundo que funcione para todos", durante discurso na cúpula desses países em desenvolvimento em Havana, nesta sexta-feira.

Guterres notou que os países representados no evento em Cuba retiraram centenas de milhões de pessoas da pobreza nas últimas décadas, mas enfrentam agora uma série de crises, com crescente pobreza e fome, preços em alta, aumento na dívida e piora em desastres climáticos. "A conclusão é clara: o mundo está falhando com os países em desenvolvimento", comentou, ao tratar dos sistemas globais.

O secretário-geral reforçou a necessidade de instituições multilaterais fortes e efetivas, conforme a comunidade se move para "um mundo multipolar". E lembrou que muitas instituições atuais, em particular o Conselho de Segurança da ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, foram estabelecidos quando muitas nações em desenvolvimento ainda enfrentavam o domínio colonial, sem voz sobre seus próprios assuntos ou sobre as questões globais.

Guterres ainda defendeu a importância da "justiça climática" e da "justiça financeira" no mundo. Os países ricos precisam cumprir a promessa de US$ 100 bilhões, de dobrar o financiamento para adaptação financeira até 2025 e também recapitalizar o Fundo Verde do Clima.

NA CADEIA

Danilo Cavalcante diz à polícia dos EUA que planejava fugir

Depois de ser perseguido pela polícia local no sudeste da Pensilvânia (EUA) por duas semanas, o brasileiro Danilo Cavalcante podia sentir as autoridades se aproximando dele. Ele sabia que tinha que fugir ou enfrentaria uma captura. Então ele formulou um plano: o fugitivo de 34 anos roubaria alguém em 24 horas e tentaria fugir para o Canadá ou Porto Rico.

Mas não houve carro, nem viagem até a fronteira, nem saída. Cavalcante - sujo e molhado se escondendo em arbustos densos - foi capturado por uma equipe tática da Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA na manhã de quarta-feira. O cão de busca da equipe, um belga Malinois de 4 anos chamado Yoda, mordeu-o no couro cabeludo e depois agarrou sua perna enquanto Cavalcante, ainda armado com um rifle que havia roubado alguns dias antes, fazia um último esforço para rastejar.

Horas depois, dentro de um quartel da Polícia Estadual da Pensilvânia, o cidadão brasileiro, falando em português e sendo compreendido por meio de um intérprete, revelou aos investigadores seu plano de roubar um carro. "Ele disse que a presença policial neste perímetro estava se tornando muito intensa e que ele sentia que precisava sair da área", disse o vice-marechal dos EUA Robert Clark.

Cavalcante forneceu outros detalhes sobre sua vida desde sua fuga da Prisão de Chester no dia 31 de agosto. Ele disse que não comeu nos primeiros três dias, sobrevivendo com água de um riacho e finalmente roubando uma melancia de uma fazenda. Ele abriu a melancia contra a sua cabeça, contou.

QUINTA MARIACHE E LULU LTDA
CNPJ: 35.918.978/0001-11 - NIRE: 35.202.153.611
CONVOCAÇÃO - ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Ficam convocados os sócios quotistas da Sociedade para se reunirem em **04/10/2023** às 11 horas na sede social da empresa à Rua Luciano Gallet, 150 - Vargem Grande - Rio de Janeiro - RJ - Cep 22.785-110, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Dissolução da sociedade. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2023. Luiz Antônio Ítalo Correia de Araujo - Sócio Majoritário. (16, 19 e 20/09/2023)